

# CPI - Documento

# Odebrecht vai fazer a sua autocrítica

por José Casado

de São Paulo

Emílio Alves Odebrecht reúne nesta semana, em Salvador, quase uma centena de executivos de suas empresas. O grupo Odebrecht vai fazer uma autocrítica. E planejar seu futuro.

É um ritual que acontece em todas as vésperas de Natal: ele senta-se com seus "líderes de empresas" — assim são chamados internamente — e passa três dias examinando erros, criticando e sendo criticado. No final, decide como e o que vão fazer no ano seguinte. O resumo passa a constar de um papel interno, chamado "Programa de Ação".

Desta vez, porém, os problemas da Odebrecht vão muito além da ação dos concorrentes: aos 75 anos, esse grupo, um dos maiores do País, está no centro da maior investigação policial-parlamentar já feita sobre as relações do Estado com o capital privado — no caso, as empreiteiras de obras públicas.

Na sexta-feira, por exemplo, a CPI da Corrupção no Orçamento anunciou já ter identificado, nos quase 40 quilos de papéis e em 76 dos disquetes de computador apreendidos duas semanas atrás, os nomes de 50 parlamentares e 15 governadores estaduais envolvidos na aprovação de obras de interesse da Odebrecht.

O empresário decidiu emitir uma resposta dura aos que chama de "inquisidores". E resolveu fazer um desafio: "A Odebrecht declara que manterá e aprimorará, de forma permanente, toda sua ação de acompanhamento de seus interesses junto a clientes e autoridades, sem se intimidar com detratores eventuais".

A CPI decidiu redobrar esforços técnicos para, no final de semana, tentar desvendar os códigos de oito disquetes cifrados, com o objetivo de ampliar o que considera "provas" de relações "suspeitas", como classificou o relator, deputado Roberto Magalhães, da Odebrecht com políticos, governantes e servidores públicos.

Os parlamentares já envolvidos são tantos que os maiores partidos no Congresso (PMDB, PFL e PPR) decidiram, na sexta-feira, fechar um acordo: a pretexto de não "esvaziar" a CPI, forçaram a cúpula da comissão a aceitar um recuo e suspender a elaboração de um "relatório parcial", nesta semana, no qual seriam apresentadas as primeiras recomendações para cassação de mandatos.

Agora, só haverá um relatório, o definitivo, marcado para 17 de janeiro.